

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 6 - 2010

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

AS METAMORFOSES DO MUNDO SOCIAL DO TRABALHO E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

**Elementos para uma crítica da ideologia da educação profissional disseminada pela
UNESCO no Brasil**

Giovanni Alves – UNESP

Jeinni Kelly Pereira Puziol – UEM

Resumo

O presente texto pretende abordar, num primeiro momento, as transformações estruturais do capitalismo mundial nas condições da globalização, explicitando seus vínculos com o metabolismo social do trabalho e as metamorfoses no interior do modo de produção. Depois, procuraremos apreender, de modo preliminar, o significado essencial da ideologia da educação profissional hegemonicamente disseminada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), cujo interesse vislumbra a estrita adequação da educação ao desenvolvimento econômico. O arrimo teórico-metodológico deste ensaio busca explicitar o vínculo orgânico entre a economia do capital e vida social, situando o objeto de investigação crítica no interior do contexto histórico-mundial do modo de produção capitalista em sua fase de globalização. Finalizaremos pontuando a inegável relação entre educação e trabalho, não sob a óptica economicista que rege a lógica da sociedade burguesa, mas sob a perspectiva ontológica no qual a educação, enquanto categoria derivada do trabalho, deve ter a função social de auxiliar na elaboração de novas consciências que possam transcender os imperativos da sociedade do capital.

Palavras-chave: Trabalho. Capitalismo. Educação Profissional. UNESCO.

INTRODUÇÃO

Por um lado, é preciso uma mudança das condições para criar um sistema de instrução novo, por outro lado, é preciso um sistema de instrução já novo para poder mudar as condições sociais. Por conseguinte, é preciso partir da situação atual (MARX e ENGELS).

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 6 - 2010

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

Num primeiro momento, o presente texto pretende abordar, de modo conciso, as transformações estruturais do capitalismo mundial nas condições da globalização, explicitando seus vínculos com o metabolismo social do trabalho e as metamorfoses no interior do modo de produção e da ordem social burguesa, intrinsecamente contraditória.

A seguir, a título meramente introdutório, procuraremos apreender o significado essencial da ideologia da educação profissional hegemonicamente disseminada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), cujo interesse íntimo é promover a plena adequação da formação profissional à acumulação de capital. A ideologia profissional disseminada pela UNESCO mantém vínculos orgânicos com a Teoria do Capital Humano proveniente dos estudos anglo-saxões que postulam uma educação potenciadora da capacidade de trabalho submissa a lógica do modo de produção capitalista.

É importante resgatar a história recente do capitalismo mundial, da década de 1970 do século passado até a atualidade para que possamos elaborar a crítica histórico-materialista da ideologia da educação profissional tal como se configurou sob era da globalização do capital. Iremos partir de meados da década de 70 em função da crise estrutural do capital. É a partir deste marco histórico que temos o estancamento da onda longa expansiva da economia que se seguiu à Segunda Guerra Mundial. Em função da crise verificou-se a necessidade de mudanças no modo de produção e reprodução social da ordem burguesa mundial representada pelo complexo de reestruturação produtiva do capital. Na verdade a crise estrutural do capital impulsiona uma série de reestruturações capitalistas nas várias instâncias da vida social como a instância da produção (reestruturação produtiva sob o espírito do toyotismo), tecnológica (a nova base técnica da informática, telemática e sociedade em rede), a política (a constituição do Estado neoliberal), a cultura (as ideologias do pós-modernismo). Enfim, temos alterações cruciais na dinâmica da produção e reprodução social, emergindo o que denominamos de sociometabolismo da barbárie

Neste pequeno estudo vamos problematizar a relação trabalho e educação profissional no interior da totalidade concreta do sistema sociometabólico do capital no intuito de verificar

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 6 - 2010

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

a articulação da base material expressa pelas metamorfoses do trabalho social – sob a égide da ofensiva do capital na produção – e o elemento ideológico expresso pela educação e pontuar considerações sobre a ideologia da educação profissional, disseminada pela UNESCO

1. Crise estrutural do capital e Reestruturação Capitalista

No curso da década de 1970, a economia mundial capitalista apresentou significativas perturbações que alteraram a configuração do modo de produção do capital e da ordem burguesa mundial. É o momento histórico da crise estrutural do capital que impulsiona um complexo de reestruturações capitalistas no interior do qual a reestruturação produtiva possui proeminência sócio-ontológica. Na verdade, a reestruturação produtiva do capital, ou seja, a passagem da acumulação fordista-keynesiana (rígido) para a acumulação flexível – sob a égide do capital financeiro - transformou o cenário mundial por meio de mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais do mais amplo espectro sócio-histórico.

O modo de produção do capital monopolista, baseado no binômio taylorismo/fordismo¹, de características rígidas pautada na produção em massa, entrou em decadência nas décadas de 60 e 70 e culminou com o fim da longa onda expansiva de crescimento econômico e taxas de lucro compensadoras entre o fim da Segunda Guerra Mundial (1939 - 1945) e a segunda metade da década de 1960. De acordo com Netto e Braz (2007, p. 212), no período áureo do capital monopolista,

[...] a produção em larga escala encontraria um mercado em expansão infinita e a intervenção reguladora do Estado haveria de controlar as crises. Anunciava-se um capitalismo sem contradições, apenas conflitivo – mas no quadro de conflitos que seriam resolvidos à base do *consenso*, capaz de ser construído mediante os mecanismos da democracia representativa.

¹ Taylorismo: “Conjunto das teorias para o aumento da produtividade do trabalho fabril, elaboradas pelo engenheiro norte-americano Frederick Winslow Taylor (1856-1915). Abrange um sistema de normas voltadas para o controle dos movimentos do homem e da máquina no processo de produção” (SANDRONI, 2000, p. 306). Fordismo: “Conjunto de métodos de racionalização da produção elaborados pelo industrial norte-americano Henry Ford, baseado nos princípios de que uma empresa deve dedicar-se apenas a um produto. [...] para diminuir os custos, a produção deveria ser em massa, a mais elevada possível e aparelhada com tecnologia capaz de desenvolver ao máximo a produtividade por operário. O trabalho deveria ser também altamente especializado, cada operário realizando determinada tarefa” (SANDRONI, 2000, p. 128-129).

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 6 - 2010

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

A partir desses anos, essa longa onda de crescimento se esgotou e as taxas de lucro caíram com a crise de superprodução e o “choque do petróleo”, deflagrado pelos conflitos políticos no Oriente Médio (um primeiro em 1973 e, outro, em 1975). Além disso, tivemos, nos países capitalistas centrais (EUA, Europa Ocidental e Japão), no bojo da “grande crise” que abrange a última metade da década de 1960 e a primeira metade da década de 70, a influência candente das mudanças na organização produtiva do trabalho capitalista (a crise da organização do trabalho fordista-taylorista e a emergência da organização do trabalho toyotista), o movimento da contracultura², com as mudanças nos costumes, a revolta estudantil e o movimento feminista, e, *the last but not the least*, o recrudescimento do movimento operário provocado pela ofensiva do capital na produção (ocorreram, nesse período de luta de classes, “greves selvagens”, que exigiam o controle da produção pelos operários, na Itália e França). Enfim, naqueles anos de agitação social e política, a perene ilusão de um capitalismo sem contradições caiu por terra. Como esclarece Netto e Braz (2007, p. 214):

a onda longa expansiva é substituída por uma longa onda recessiva: a partir daí e até os dias atuais, inverte-se o diagrama da dinâmica capitalista, agora, as crises voltam a ser dominantes, tornando-se episódicas as retomadas.

A recessão mundial que atinge a economia mundial a partir de 1973, cria as condições propícias para a nova ofensiva do capital - a reestruturação produtiva, sob a égide do espírito do toyotismo, da financeirização e da ideologia neoliberal. Começaram a ser introduzidas alterações nos circuitos produtivos baseadas na acumulação flexível do capital. Harvey (1993, p. 140) pontua que

a acumulação flexível [...] se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional.

² O termo contracultura surgiu primeiramente nos EUA na década de 1960 e popularizou-se pelo livro de Theodore Roszak (1969) “A contracultura”. Caracteriza-se como um movimento de contestação de caráter social e cultural. Se caracteriza pela busca da paz, valorização da natureza, da vida comunitária, anticonsumismo, crítica aos meios de comunicação em massa, discordância dos princípios do capitalismo e da economia de mercado.

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 6 - 2010

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

A ideia de flexibilidade, que se dissemina no discurso das grandes corporações industriais, emerge com a crise de superprodução. Procura-se criar uma nova lógica produtiva capaz de lidar com mercado restrito e instabilidade do crescimento da economia mundial. Por isso, a lógica da acumulação flexível se vincula, de certo modo, às particularidades do consumo. Da crise dos mercados de massa buscou-se uma produção voltada para os nichos de mercado. Assim, buscou-se uma fuga da padronização até então existente, e promoveu-se uma desconcentração industrial que desterritorializou a produção na procura por mão-de-obra de baixo preço intensificando a exploração da força de trabalho e desregulamentando suas relações, como a destruição do *Welfare State*³ e conseqüentemente a ausência de legislação do trabalhador e dos sindicatos.

Nas condições da crise de superprodução, a obsessão por novos mercados impulsionou a globalização do capital. A organização flexível da produção permitiu maior agilidade (e fluidez) do capital em movimento sob as condições de um capitalismo global cronicamente instável, marcado pela financeirização da riqueza capitalista e instabilidade política crescente em importantes áreas estratégicas da geopolítica mundial (como o Oriente Médio).

Porém, é primordial considerar que mesmo com as evidentes mudanças na organização produtiva do modo de produção, não se pode considerar a extinção do modelo taylorista/fordista, mas sua articulação e com a flexibilização, mais especificamente com o toyotismo⁴, a fim de desenvolver novas formas de qualificação. De acordo com Alves (2007, p. 246-247),

³ “Sistema econômico baseado na livre-empresa, mas com acentuada participação do Estado na promoção de benefícios sociais. Seu objetivo é proporcionar, ao conjunto dos cidadãos, padrões de vida mínimos, desenvolver a produção de bens e serviços sociais, controlar o ciclo econômico e ajustar o total da produção, considerando os custos e as rendas sociais” (SANDRONI, 2000, p. 112).

⁴ “O toyotismo é um estágio superior de racionalização do trabalho que não rompe, a rigor, com a lógica do taylorismo e fordismo. É por isso que alguns autores, como Aglieta e Palloix, o denominam de “neofordismo”. No campo da gestão da força de trabalho, o toyotismo realiza um salto qualitativo na “captura” da subjetividade do trabalho pelo capital, se distinguindo do taylorismo e fordismo por promover uma via original de racionalização do trabalho; desenvolvendo, sob novas condições sócio-históricas (e tecnológicas), as determinações presentes nas formas tayloristas e fordistas, principalmente no que diz respeito à racionalidade tecnológica. Poderíamos até afirmar que o toyotismo é o modo de organização do trabalho e da produção capitalista adequado à era das novas máquinas da automação flexível, que constituem uma nova base técnica para o sistema do capital, e da crise estrutural de superprodução, com seus mercados restritos. Entretanto, cabe

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 6 - 2010

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

O toyotismo tende a mesclar-se, em maior ou menor proporção, com outras vias de racionalização do trabalho, capazes de dar maior eficácia à lógica da flexibilidade. Por isso, tal como uma dialética integradora, que mescla o *novo* e o *arcaico*, o toyotismo aparece articulado com as formas tayloristas-fordistas restritas no processo de trabalho. Apesar disso, ele não deixa de ser o “momento predominante” do novo processo produtivo, impondo, articulando e constituindo as novas qualificações.

A nova etapa do capitalismo global significou, no plano da produção (e reprodução social), a incorporação das novas tecnologias advindas da Revolução Técnico-científica (1970) que propiciam o aumento da qualidade e quantidade produtiva que influem diretamente e auxiliam nesse processo. A introdução da microeletrônica, da robótica e dos recursos informáticos auxiliaram o desenvolvimento de uma economia mundializada e na também na precarização das condições de trabalho e da vida do trabalhador. Alves (2001, p. 13) nos auxilia nessa compreensão:

[...] a globalização é um fenômeno sócio-histórico intrinsecamente *contraditório e complexo* que caracteriza, em nossa perspectiva, uma nova etapa de desenvolvimento do capitalismo moderno. [...] tende a constituir novas determinações sócio-históricas no (1) plano da ideologia e da política; (2) no plano da economia e da sociedade e (3) no plano do processo civilizatório humano-genérico, vinculado ao desenvolvimento das forças produtivas humanas.

O capital reestruturado e globalizado busca em suas estratégias mascarar a consciência dos indivíduos social – agudiza-se, por conta do fetichismo da mercadoria, impulsionado pela cultura neoliberal, novas formas de fetichismos e estranhamentos sociais. No campo organizacional do trabalho capitalismo, o toyotismo – que não é apenas um “modelo produtivo”, mas o “novo espírito animal” da civilização do capital, busca construir qualificações profissionais condizentes com o novo complexo socio-metabólico capitalista, produzindo profundas e significativas mudanças no mercado de trabalho e na vida social das individualidades pessoais de classe.

salientar que o toyotismo é meramente uma inovação organizacional da produção capitalista sob a grande indústria, não representando, portanto, uma nova forma produtiva propriamente dita” (ALVES, 2007, p. 246).

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 6 - 2010

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

Nesse sentido, visando justificar, no plano da ideologia, e consolidar, na instância da economia, o novo sociometabolismo⁵ do capital, emergiu, no decorrer das últimas décadas, o Estado neoliberal, disseminado globalmente não apenas como política ou economia do Estado capitalista hipertardiado, mas também como modo de vida (ou valores morais) alienado. No interior do neoliberalismo, de acordo com Moraes (2007, p. 43),

O mercado é, [...] um processo competitivo de descoberta. Nele, inumeráveis indivíduos movem-se orientados pelos seus interesses próprios. O mercado é a combinação desses planos e atividades individuais de produtores e consumidores. Os elementos motores desse mundo são a função empreendedora do indivíduo e a concorrência, no interior de uma complexa divisão social do trabalho

A retórica neoliberal influencia diretamente no campo ideológico no intuito de moldar os indivíduos de acordo com sua lógica dominante buscando articular seus interesses articulando as políticas educacionais de formação profissional. Como analisa Alves (2007, p. 249),

É a partir de tais mutações orgânicas da produção capitalista na era da globalização que podemos compreender a constituição de um *complexo ideológico* que irá determinar as políticas de formação profissional, com seus conceitos significativos de *empregabilidade e competência*.

A organicidade existente entre as questões educacionais e os interesses do novo modo de acumulação de valor deveras evidente. O toyotismo – como ideologia orgânica da produção e complexo de valores-fetiches - e a política neoliberal consistem em uma poderosa arma produtora de uma consciência alienada, adequada à sociedade burguesa que tende a negar o sujeito humano-genérico. Nessas condições, a educação é tomada como meio para atingir o desenvolvimento da produção destrutiva do capital. Para Alves (2007, p. 249),

O que temos caracterizado como novo complexo de reestruturação produtiva, cujo “momento predominante” é o toyotismo, promoveu mudanças estruturais no mercado de trabalho e na própria estrutura das qualificações profissionais, com rebatimentos decisivos nas políticas educacionais e demandas formuladas à escola.

⁵ O sociometabolismo do capital é um conceito chave proposto por Istvan Mészáros em seu livro “Para além do Capital” (1995). É uma expressão que designa o processo de acúmulo permanente do capital com repercussão em praticamente todas as esferas da vida humana e da natureza (p. 72).

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 6 - 2010

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

A ideologia da educação profissional e a UNESCO

Neste contexto da mundialização do capital, com suas tecnoestruturas globais, as políticas educacionais vigentes tendem a atuar de acordo com as diretrizes do Estado político hegemônicas pelos interesses do capital financeiro e também pelas diretrizes de organismos internacionais – alguns deles, como Banco Mundial e Unesco, sendo verdadeiros “intelectuais orgânicos” do grande capital. Tais organismos internacionais divulgaram, no bojo de suas orientações para as diretrizes educacionais, nas últimas décadas, a Teoria do Capital Humano. Sob o viés economicista, proveniente da Teoria do Capital Humano, desenvolvida pelo economista Theodore William Schultz, professor da Universidade de Chicago, a prática educativa é vinculada aos ditames do modo de produção capitalista e é chamada a “[...] remediar os piores efeitos de ordem reprodutiva capitalista estabelecida sem, contudo, eliminar os seus *fundamentos causais* antagônicos e profundamente enraizados” (MÉSZÁROS, 2004, p. 2).

De acordo com a referida teoria, a educação é fator determinante no desenvolvimento econômico e na distribuição de renda, como potenciadora do trabalho. Conforme Schultz (1973, p. 79),

Embora a educação seja, em certa medida, uma atividade de consumo que oferece satisfações às pessoas momento em que obtêm um tipo de educação, é primordialmente uma atividade de investimento realizado para o fim de aquisição de capacitações que oferece satisfações futuras ou que incrementa rendimentos futuros da pessoa como agente produtivo. Desta forma, uma parte sua é um bem consumidor aparentado com os convencionais bens duráveis, e outra parte é um bem de produtor. Proponho, por isso mesmo, tratar a educação como um investimento e tratar suas conseqüências como uma forma de capital.

Documentos oficiais como Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9.394/96 deixa claro a *perspectiva mercadológica* que permeia a educação e a corrente preocupação em formar mão-de-obra qualificada para o modo de produção capitalista pautado na organização flexível do trabalho. A partir daí, incorporou-se uma pletora de conceitos-chaves capazes de nortear a *educação fetichizada* para o “cidadão produtivo” na era da globalização – com destaque para

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 6 - 2010

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

a noção de *competência* (para uma crítica radical da noção de competência, ver BATISTA, 2006).

Vejamos um artigo da LBD 9.394/96 que explicita nossa análise:

Art. 35 – O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidade:

I – a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

II – **a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando**, para continuar aprendendo, **de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação e aperfeiçoamento posteriores;**

III – o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

IV – a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina (*grifo nosso*).

No inciso II, é esclarecida a intencionalidade laboral dada à educação relacionando-a com o desenvolvimento tecnológico e produtivo no intuito de formar indivíduos que se adaptem aos padrões organizacionais de flexibilidade caracterizado pela incerteza de oportunidades que regem a sociedade atual.

Vários outros documentos constituem o visgo reducionista que tangem a consciência dos indivíduos sociais pela educação. A UNESCO é a representação máxima no âmbito da disseminação de políticas condizentes com o ideário e o interesse burguês pelo lucro a qualquer custo. O acordo entre o Ministério da Educação Brasileira do Brasil (MEC) e a *United States Agency for International Development* USAID na década de 60 marca o início da vinculação das políticas educacionais brasileiras às diretrizes do capital humano, expressa pelos convênios de assistência financeira e técnica à educação brasileira. A reorientação educacional proposta pelos EUA é enviesada pelo tecnicismo muito mais preocupado com o desenvolvimento do capitalismo internacional em relação à problemática social.

No ano de 1992, com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, elaborada e aprovada na Conferência de Jontiem – Tailândia (1990) estabeleceu um acordo de ampla cooperação com o MEC no qual assinaram o primeiro plano de trabalho e auxílio para o Plano Decenal de Educação para Todos. Outros documentos são elaborados constantemente pela

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 6 - 2010

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

UNESCO provenientes do Segundo Congresso Internacional sobre ensino técnico e profissional realizado em Seul – Coréia (1999): Educação e formação ao longo de toda vida: uma ponte para o futuro. Esse documento trata basicamente de diretrizes que visam a ligação entre a educação e o trabalho, seguindo suas metamorfoses dentro do modo de produção burguês. Nele, podemos verificar recomendações como:

É preciso uma nova parceria entre a educação e o mundo do trabalho para responder às dificuldades em criar uma sinergia entre o setor da educação e as empresas e os diversos outros setores da economia, facilitando o desenvolvimento de competências gerais, a ética do trabalho, as competências tecnológicas e as que se fizerem necessárias para empreender e transmitir valores humanos e normas para uma cidadania responsável (UNESCO, 1999, p. 5).

Desse modo, vemos que principalmente as políticas para o ensino médio e profissional acompanham as necessidades do padrão de reestruturação produtiva do capital sob o espírito do toyotismo (a acumulação flexível exige operadores polivalentes e competentes). Ora, a educação com sua conotação utilitarista e instrumental é apenas uma estratégia para a perpetuação na adequação do sistema capitalista cujas consequências são visíveis na precarização das condições de trabalho e na vida do indivíduo por completo. A vinculação do trabalho e a educação é encarada numa abordagem positivista⁶ que concebe o conhecimento neutro, objetivo e racional, onde não são considerados as diferenças entre as classes e a posse ou não dos meios de produção, demonstrando a concepção de homem e de sociedade na visão burguesa. Como bem analisa Alves (2007, p. 253), “Mesmo que todos pudessem adquirir as novas qualificações, o sistema orgânico do capital seria incapaz de absorvê-los. O mercado não é para todos”.

As metamorfoses sociais do trabalho inerentes ao modo de produção capitalista sob a etapa da mundialização do capital atingem as individualidades pessoais de classe não apenas no âmbito da objetividade social, mas, principalmente, da subjetividade humana. O trabalho

⁶ [...] o termo “positivismo” designa várias doutrinas filosóficas do séc. XIX, como as de Stuart Mill, Spencer, Mach e outros, que se caracterizavam pela valorização de um método empiricista e quantitativo, pela defesa da experiência sensível como fonte principal do conhecimento, pela hostilidade em relação ao idealismo, pela consideração das ciências empírico-formais como paradigmas de cientificidade e modelos para as demais ciências (JAPIASSÚ e MARCONDES, 1996, p. 217).

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 6 - 2010

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

nas condições da sociedade burguesa em sua etapa de “capitalismo manipulatório” tornou-se de forma intensamente ampliada, trabalho alienado/estranhado, dando origem a uma vida social estranhada, no qual os produtos e valores sociais tornam-se estranhos/alienados do próprio homem que os produziu, constituindo uma dimensão fetichizada que atua no campo subjetivo do ser social.

As políticas educacionais para o campo profissional legitimam as relações de opressão e opacidade que assolam a vida dos trabalhadores tornando-os coisas por meios do trabalho alienado na sociedade. De acordo com os estudos de Marx (2006, p. 116) “[...] o trabalho aliena a natureza do homem, aliena o homem de si mesmo, o seu papel ativo, a sua atividade fundamental, aliena do mesmo modo o homem a respeito da *espécie*; transforma a vida *genérica* em meio da vida individual”.

Contudo, é primordial ressaltar que mesmo sendo o sistema capitalista amplamente forte e hegemônico, desdobra-se em candentes contradições objetivas e subjetivas. Como pontua Kuenzer (2002, p. 78),

[...] essa educação, por se dar no seio das relações de exploração do trabalho pelo capital, assume o mesmo caráter contraditório inerente a esta relação; assim, ao mesmo tempo que o capital educa o trabalhador para ser artífice de sua própria exploração, ele o educa para reagir às formas de disciplinamento.

Como também analisa Lukács (1974, p. 219) a “[...] ruptura prática da estrutura reificada da consciência... só é possível se as contradições imanentes ao próprio processo se tornarem conscientes”. Nesse caso, coloca-se a centralidade da política de classe, capaz de formar a consciência de classe necessária (o que se coloca problemático sob a crise de sindicatos e partidos socialistas).

Diante das análises feitas até aqui, se pode verificar que o próprio modo de produção cria seus vetores contraditórios que contra ele podem atuar. O trabalho, enquanto categoria fundante do ser social, junto à educação, sua categoria derivativa, pode promover mudanças consideráveis na realidade social do modo de produção contemporâneo, não sob a perspectiva economicista que prioriza uma educação alienada e submissa aos ditames capitalistas, mas no interior de uma *práxis* emancipatória que transcenda a lógica do capital.

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 6 - 2010

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

As políticas educacionais direcionadas ao ensino profissional só serão desarticuladas da lógica econômica capitalista quando as contradições intrínsecas ao modo de produção forem aproveitadas e, no bojo das lutas, reivindicações e pressões da classe trabalhadora tentarem romper de maneira consciente com o círculo de dominação do capital sob as condições da globalização estranhada.

REFERÊNCIAS

ALVES, G. **Dimensões da globalização**: o capital e suas contradições. Londrina: Práxis, 2001.

ALVES, G. **Dimensões da reestruturação produtiva**: ensaios de sociologia do trabalho. 2. ed. Londrina: Práxis, 2007.

ALVES, G. **A condição de proletariado** – a precariedade do trabalho no capitalismo global. Londrina: Praxis, 2009.

BATISTA, Roberto Leme. A panacéia das competências: uma problematização preliminar. In: BATISTA, R. L.; ALVES, G.; GONZALEZ, J. L. C. **Trabalho e educação: contradições do capitalismo global**. Londrina: Práxis, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

BATISTA, Roberto Leme. A panacéia das competências: uma problematização preliminar. In: BATISTA, R. L.; ALVES, G.; GONZALEZ, J. L. C. **Trabalho e educação: contradições do capitalismo global**. Londrina: Práxis, 2008.

FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1984.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

JAPIASSÚ, H; MARCONDES, D. **Dicionário básico de Filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

Estudos do Trabalho

Ano III – Número 6 - 2010

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

KUENZER, A. Z. **Pedagogia da fábrica**: as relações de produção e educação do trabalhador. São Paulo: Cortez, 2002.

LUKÁCS, G. **História e consciência de classe**. Porto, Publicações Escorpião, 1974.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

MÉSZÁROS, I. **Educação para além do capital**. Resistir, 2007. Disponível em:
<http://resistir.info/meszaros/meszaros_educacao.html>.

MORAES, R. **Neoliberalismo**: de onde vem, para onde vai? São Paulo: Editora SENAC, 2001.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2007.

SANDRONI, P. **Dicionário de Economia**. São Paulo: Abril Cultura, 1985.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**. São Paulo: Record, 2005.

SCHULTZ, T. W. **O valor econômico da educação**. Rio de Janeiro. Editora: Zahar, 1973.

UNESCO. **Educação e formação ao longo de toda vida**: uma ponte para o futuro. Unesco: Seul, 1999.